

Acordo para dívida quase sai mas acaba adiado

Externa
Jornal de Brasília

Arquivo/23-10-87

O Brasil espera para as próximas horas a conclusão de um acordo provisório com os bancos credores internacionais privados, mas o Governo decidiu substituir seu otimismo de ontem de manhã pela prudência. O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, chegou a marcar uma entrevista para o meio-dia para anunciar o acordo. Só que àquela hora (9h00 em Nova Iorque, onde estão sendo travadas as principais negociações) o principal negociador brasileiro, Fernão Bracher, ainda não podia confirmar a conclusão do acordo e a entrevista foi cancelada.

As 18h30, o porta-voz do Ministério da Fazenda, jornalista Francisco Baker, disse que obtivera uma hora antes de Fernão Bracher a informação, por telefone, de que, "pelo tom da coisa, o acordo não sai hoje (ontem)". Esta informação bate com a previsão do presidente do Banco Central, Fernando Milliet, que deixou o ministério às 13h20 estimando que o fechamento do acordo ainda poderia levar "um ou dois dias". Antes disso, o ministro da Fazenda não deverá falar à imprensa sobre o assunto, pois, conforme o seu porta-voz, "quanto mais se fala no assunto, mais dificuldades surgem".

Sem FMI

Ao desculpar-se pelo cancelamento da entrevista marcada para o meio-dia, o porta-voz do ministério disse, às 12h30, que naquele momento ainda estavam em discussão "alguns detalhes" do acordo. Adiantou, contudo, que o acordo estará desvinculado de prévio acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e deverá envolver o refinanciamento dos juros vencidos este ano (desde a declaração da moratória, em 20 de fevereiro, até dezembro, são US\$ 4,3 bilhões com os bancos privados) e dos que vencem em 1988 (US\$ 3 bilhões) e 1989 (US\$

3,1 bilhões). Nos termos deste acordo provisório, o Brasil deverá fazer um depósito caucionado de US\$ 500 milhões no Banco de Compensações Internacionais (BIS), na Suíça. Em contrapartida, os bancos deverão depositar US\$ 1 bilhão. Novo depósito por parte do Brasil, em valor ainda não determinado, poderá ser feito se fechar um acordo definitivo, o que ele espera que possa ocorrer até dezembro.

O presidente do Banco Central explicou que um dos detalhes que estão atrasando o fechamento do acordo provisório são as taxas de juros a serem pagas pelo depósito de US\$ 1 bilhão dos bancos. Como cada um dos 700 credores do país pratica taxas diferentes, é preciso negociar opercentual com cada um.

Tanto o porta-voz do Ministério da Fazenda quanto o presidente do Banco Central disseram que o depósito que o Brasil se dispõe a fazer agora não significa o fim da moratória. Admitiram que isto só deverá acontecer por ocasião do fechamento do acordo definitivo. E isto não será para já, porque ainda há uma série de etapas a cumprir.

O porta-voz lembrou que o ministro da Fazenda tem dito que não acha impossível um acordo com o Fundo Monetário Internacional, mas numa fase posterior (após o acordo com os bancos privados), porque facilitará o acesso do país a crédito com juros mais baixos. Mas este acordo somente será fechado se o FMI aceitar condições que o Brasil achar exequíveis.

O presidente do Banco Central informou que não irá aos Estados Unidos para fechar o acordo com os bancos. Segundo ele, ao negociar Fernão Bracher está autorizado a fazê-lo em nome do Governo brasileiro. Fernando Milliet presta depoimento na Comissão da Dívida Externa do Senado, hoje, às 10h00.